

MOVIMENTOS SOCIAIS E APROPRIAÇÃO DIGITAL NA AMÉRICA LATINA E NAS CARAÍBAS

Constanza González-Véliz

Situada, Talca, Chile

RESUMO

O presente artigo explora a dinâmica da apropriação digital pelos movimentos sociais na América Latina e nas Caraíbas. Destaca como, nas últimas décadas, as tecnologias de informação e comunicação transformaram o panorama político e social da região, proporcionando novas oportunidades de organização, mobilização e participação cidadã. Essas ferramentas digitais proporcionaram aos movimentos sociais novas formas de disseminação de informação, permitindo a criação de redes de solidariedade e resistência nos níveis local, nacional e até internacional. A partir de estratégias como o ciberativismo e o ciberfeminismo os movimentos sociais têm usado plataformas digitais para desafiar o *statu quo* e promover a justiça social. Por outro lado, o artigo também aborda os desafios e obstáculos que os movimentos sociais enfrentam, como as clivagens digitais, a censura online e a influência de grupos extremistas. Apesar desses desafios, os movimentos demonstram uma capacidade notável de adaptação, tirando partido das ferramentas digitais para avançar nos seus objetivos de justiça social e mudança política. O potencial transformador da mobilização digital é destacado, refletindo as realidades socioeconômicas, políticas e culturais da região. A diversidade de abordagens e estratégias utilizadas pelos movimentos sociais evidencia a complexidade da região e a diversidade das lutas sociais. Por fim, destaca-se a importância de abordar as desigualdades estruturais e promover a ação coletiva, para a construção de sociedades mais justas e equitativas.

PALAVRAS-CHAVE

movimentos sociais, apropriação digital, mobilização digital, resistência tecnológica, justiça tecnológica

SOCIAL MOVEMENTS AND DIGITAL APPROPRIATION IN LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN

ABSTRACT

The article explores the dynamics of digital appropriation by social movements in Latin America and the Caribbean. It highlights how, in recent decades, information and communication technologies have transformed the political and social landscape of the region, providing new opportunities for organization, mobilization, and citizen participation. These digital tools have provided social movements with new forms of dissemination of information, allowing the creation of networks of solidarity and resistance at the local, national, and even international levels. Through strategies such as cyberactivism and cyberfeminism, social movements have used digital platforms to challenge the status quo and promote social justice. However, the challenges and obstacles they face, such as digital divides, online censorship, and the influence of extremist anti-rights groups, are also addressed. Despite these challenges, social movements have demonstrated a remarkable ability to adapt and leverage digital tools to pursue their goals of social justice and political change. The transformative potential of digital appropriation is highlighted, reflecting the region's socioeconomic, political, and cultural realities. The diversity of approaches and strategies social movements use shows the region's complexity and richness of

social struggles. Addressing structural inequalities and promoting collective action to build more just and equitable societies is ultimately emphasized.

KEYWORDS

social movements, digital appropriation, digital mobilization, technological resistance, technological justice

1. INTRODUÇÃO

Na era contemporânea, caracterizada pela onnipresença da tecnologia digital, os movimentos sociais na América Latina e Caraíbas (ALC) encontram-se num momento crucial de transformação. A rápida expansão das tecnologias de informação e comunicação (TIC) alterou profundamente a forma como as pessoas se organizam, comunicam e exercem a sua ação política. Neste contexto, a apropriação digital pelos movimentos sociais tornou-se um tema central de análise e debate. A capacidade destes movimentos para utilizarem as ferramentas digitais e adaptá-las às suas necessidades e objetivos específicos representa, simultaneamente, um desafio e uma oportunidade para a ação coletiva na região.

A apropriação digital refere-se ao processo pelo qual indivíduos e grupos sociais integram e utilizam as tecnologias digitais no seu quotidiano, incluindo a participação em movimentos sociais e no ativismo político. Este fenómeno envolve o acesso à tecnologia, bem como a capacidade de compreender, utilizar e transformar essas ferramentas para promover os seus interesses e objetivos. Na ALC, a apropriação digital assumiu uma importância crescente no contexto das lutas sociais e políticas que marcam a região.

Este trabalho aborda as oportunidades e os desafios com que se deparam os movimentos sociais na ALC na sua relação com a apropriação digital. Examina o impacto da expansão das TIC na ação coletiva e na participação cidadã, bem como os obstáculos que os movimentos sociais enfrentam ao utilizar a tecnologia digital. Além disso, analisa de que forma esses movimentos têm utilizado ferramentas digitais para amplificar as suas vozes, construir redes de solidariedade e promover mudanças sociais na região. Será considerada a diversidade de abordagens e estratégias que caracterizam a apropriação digital na ALC, desde o ciberativismo e o *hackfeminismo* até às plataformas digitais para a organização comunitária e a defesa dos direitos humanos. O documento explorará como estas abordagens permeiam as realidades socioeconómicas, políticas e culturais da região e como moldaram o panorama político e social nas últimas décadas.

Esta reflexão sobre a apropriação digital nos movimentos sociais permitirá uma compreensão mais profunda das dinâmicas de poder, resistência e transformação que caracterizam a região na era digital. Ao analisar os desafios e as oportunidades que os movimentos sociais enfrentam na sua relação com a tecnologia digital, são identificadas estratégias e práticas inovadoras que fortalecem a ação coletiva e promovem a justiça social.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS E APROPRIAÇÃO DIGITAL: IMPACTOS NA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL, DESAFIOS E POSSIBILIDADES GLOBAIS

Nas últimas décadas, os movimentos sociais proliferaram globalmente em resposta à crise do sistema neoliberal e à crescente precariedade social, desafiando as elites políticas e económicas. Estes movimentos procuram uma democracia mais participativa, exprimindo-se através de ocupações de espaços públicos e manifestações de rua. Ao longo da história, apresentaram reivindicações específicas, como o movimento operário, feminista, pacifista, ambientalista, de direitos civis e antiglobalização, para promover mudanças políticas e sociais (Sola-Morales & Sabariego, 2020). Desempenham um papel fundamental na transformação social, política e cultural, introduzindo novas questões, discursos e agendas públicas. Essas coletividades, constituídas por pessoas e organizações, formam redes humanas, comunicativas e históricas, atuando em escalas globais e locais. Têm um impacto significativo na vida quotidiana das pessoas e podem concretizar-se tanto em projetos de emancipação como de autogovernança, expressando as reivindicações de diferentes grupos ou setores sociais (Peñuela, 2016).

Os movimentos sociais são geralmente classificados como “antigos” e “novos”: os primeiros surgiram com o desenvolvimento do capitalismo, no contexto da industrialização, enquanto os segundos emergiram em tempos de crise da modernidade, apontando contradições, desigualdades ou consequências da sociedade industrial e reagindo às injustiças que afetam amplos setores da sociedade. Por vezes, os novos movimentos sociais apresentam características semelhantes aos antigos, sendo vistos como uma restauração destes últimos ou uma reinterpretação das suas ideias (Sola-Morales & Sabariego, 2020). Os movimentos atuais são, geralmente, movidos por sentimentos que geram dor, reivindicações, ação, luta e esperança. Variam desde aqueles que são baseados em afinidades até aqueles cujas identidades estão no centro da sua existência (Bossio, 2020).

De acordo com Sola-Morales e Sabariego (2020), na pesquisa sobre movimentos sociais, os Estados Unidos têm priorizado a análise de aspectos organizacionais e a captação de recursos. Ao mesmo tempo, a Europa concentrou-se em compreender os motivos e a origem dos movimentos. No entanto, nas últimas décadas, surgiu a necessidade de integrar ambas as perspetivas para oferecer uma análise mais completa que incluía aspetos como as identidades, a cultura, as emoções, os processos políticos e as estruturas de oportunidade. Da mesma forma, é importante reconhecer que as abordagens mais comuns nos estudos globais dos movimentos sociais tendem a focar-se nos países do Norte Global, limitando a compreensão das desigualdades estruturais e da violência noutras regiões. Relativamente aos movimentos sociais digitais, muitas vezes ignora-se o facto de a Internet poder perpetuar práticas discriminatórias nas suas plataformas, subestimando-se, ainda, o seu potencial para gerar benefícios comerciais (Avellaneda & Velázquez, 2021). A escassa atenção dedicada aos movimentos sociais fora do Norte Global criou também uma lacuna na literatura sobre estes movimentos em grande parte do mundo, com foco predominante na identidade coletiva de movimentos europeus. Adicionalmente, esta situação é agravada pela hegemonia das publicações em inglês,

que exclui os investigadores latino-americanos e reflete um desequilíbrio na representação académica, evidenciando práticas de reprodução e manutenção da hegemonia na indexação (García-González & Bailey, 2021).

Dada a transformação contínua da ação política, surgem questões sobre o seu significado nas condições atuais, promovendo reflexões sobre como a sociedade se adapta e se envolve na esfera política (García, 2017). Os movimentos sociais contemporâneos procuram modificar agendas, culturas, imaginários, práticas e estruturas políticas através do protesto e da crítica. Nas últimas décadas, adotaram uma abordagem participativa e horizontal, além de uma estratégia política ativa. Ao desafiar a comunicação como um projeto político e de investigação impulsionado pela tecnologia, estes movimentos integraram várias formas de comunicação, organização e ação coletiva online, utilizando extensivamente tecnologias como redes sociais, média digitais e serviços de mensagens privadas (García, 2017; Peñuela, 2016; Sola-Morales & Sabariego, 2020). Tendem a organizar-se informalmente, promovendo a participação igualitária de todos, sem hierarquias ou imposições externas, procurando o consenso para respeitar a vontade individual das pessoas (Bañuelos, 2010; Valadés, 2011).

O papel estratégico da tecnologia digital nos recentes movimentos sociais globais demonstra a sua capacidade transformadora, a sua influência na ação coletiva e o questionamento da democracia representativa. A apropriação das redes sociais reconfigurou o cenário, amplificando agendas marginalizadas pelos média tradicionais e desafiando o sistema democrático fazendo uso extensivo das tecnologias digitais, utilizando-as para comunicação, estratégia e construção de identidade (Sola-Morales & Sabariego, 2020). Estes movimentos sociais online tornaram-se espaços políticos emergentes, constituindo ferramentas críticas para mobilização e ação coletiva em diversos sectores sociais. A sua mobilização potencia a participação e facilita a articulação com movimentos locais, nacionais e globais, fortalecendo assim as práticas comunitárias e as ações coletivas (Peñuela, 2016).

A informação, especialmente na Internet, tornou-se um recurso vital, permitindo a comunicação, a organização e a disseminação de mensagens de forma rápida e eficaz, o que pode facilitar significativamente a sua difusão para além das fronteiras nacionais (Valadés, 2011). Contudo, é importante considerar que o que ocorre nas plataformas digitais não é a causa, mas sim a consequência de um contexto sócio-histórico pré-existente. Assim, algumas perspetivas consideram-nas meros amplificadores, enquanto outras reconhecem a sua capacidade inovadora e de reconfiguração social, destacando o seu potencial mobilizador (Chiliquinga-Amaya, 2020). De facto, as plataformas digitais facilitam o desenvolvimento de protestos e a criação de redes de ativistas, promovendo estruturas organizacionais mais leves e descentralizadas (García-González & Bailey, 2021). A Internet revolucionou a comunicação ao unificar formatos como a rádio, a televisão e o texto escrito, tirando partido dos avanços tecnológicos (Peñuela, 2016).

Há dois aspetos fundamentais que caracterizam os movimentos sociais contemporâneos. Em primeiro lugar, apresentam um carácter geracional, onde os jovens com níveis de escolaridade mais elevados desempenham papéis proeminentes, desafiando

estereótipos e assumindo posições políticas relevantes, especialmente nos movimentos estudantis latino-americanos. Em segundo lugar, destacam-se pelo seu carácter digital, onde a Internet se configura como uma ferramenta crucial para o protesto cidadão, gerando um ciclo internacional de mobilizações e uma comunidade global que se opõe à precariedade, ao neoliberalismo e reivindica a recuperação da democracia. Este fenómeno suscitou o debate sobre o potencial da Internet enquanto instrumento de organização, participação e fortalecimento dos movimentos sociais (Sola-Morales & Sabariego, 2020).

Embora o ativismo presencial continue a ser precioso e essencial para promover uma causa, o ambiente digital oferece benefícios significativos que não podem ser ignorados. Atualmente, os movimentos sociais estão cada vez mais interligados com as TIC, aproveitando a rápida difusão de informação e técnicas simbólicas para comunicar as suas mensagens e desafiar as estruturas estabelecidas (Valadés, 2011). Este fenómeno é particularmente visível com o uso crescente de plataformas de redes sociais como o Instagram, o X (antigo Twitter) e o YouTube (Bañuelos, 2010). Além disso, o desenvolvimento tecnológico possibilitou a introdução de novas práticas e ferramentas de protesto, como o *netstrike* (protesto digital) e a desobediência civil eletrónica (Peñuela, 2016). Estas ferramentas têm contribuído para a construção de uma identidade política coletiva e para a consolidação de organizações sem presença física, permitindo-lhes alcançar uma dimensão transnacional. Assim, as táticas online desafiam o controlo informativo dos grandes órgãos de comunicação e procuram influenciar a agenda mediática (Chiliquinga-Amaya, 2020).

Diversas formas de mobilização na esfera digital destacam-se, cada vez mais, pela promoção de espaços online seguros e pela defesa de uma Internet livre. Estas manifestações demonstram a importância das TIC na mobilização social e na ação coletiva. O hacktivismo, com raízes na luta contra a censura e a desobediência civil, utiliza técnicas de hacking e ferramentas digitais para organizar a resistência e defender a justiça social online. Por sua vez, o ciberativismo foca-se na produção e divulgação de informação para influenciar a agenda pública. Paralelamente, a tecnopolítica aborda as diversas formas de mobilização na Internet, procurando gerar contrapoder relativamente às estruturas hegemónicas e promover a mudança social (Avellaneda & Velázquez, 2021).

Os bens comuns digitais emergem como uma ferramenta essencial no contexto do movimento social na esfera digital, ao funcionarem como espaços de conhecimento, informação e cultura, geridos de forma colaborativa e acessíveis a todos. A sua relevância reside no facto de desafiar a lógica da privatização e do lucro, que caracteriza muitos aspetos da era digital, promovendo, em vez disso, a democratização do acesso aos recursos online. Estes espaços permitem a partilha e distribuição livre de conteúdos, incentivando a participação ativa dos cidadãos na produção e gestão desses recursos. Ao fomentar uma cultura de colaboração e solidariedade online, os bens comuns digitais têm um impacto significativo no movimento social digital, promovendo igualdade de oportunidades, diversidade de perspetivas e a capacitação dos utilizadores. Além disso, ao desafiar o modelo tradicional de propriedade intelectual, contribuem para a construção de um ambiente digital mais inclusivo, equitativo e participativo para todas as pessoas (González-Véliz & de Andrés del Campo, 2023a).

3. QUADRO METODOLÓGICO PARA A SELEÇÃO DE CASOS

A seleção dos casos neste estudo sobre movimentos sociais e mobilização digital na ALC segue uma metodologia baseada na representatividade contextual e na variedade de usos tecnológicos. Os casos escolhidos refletem a amplitude geográfica da região e a diversidade temática, abordando questões como direitos de gênero, direitos indígenas e resistência às políticas neoliberais. Esta abordagem tenta captar a forma como as tecnologias digitais são usadas em diferentes contextos sociopolíticos e culturais, contribuindo para a compreensão da ação coletiva na ALC. Além disso, os movimentos selecionados representam a versatilidade das ferramentas e estratégias digitais, englobando desde estruturas descentralizadas até à integração de práticas tradicionais com inovações tecnológicas. Foi dada prioridade a casos de impacto público significativo, com documentação sólida de atividade digital, mitigando potenciais preconceitos na seleção. Embora esta amostra forneça uma representação relevante, reconhece-se a sua parcialidade, abrindo caminho para futuras análises que incluam outras regiões ou movimentos menos visíveis, oferecendo novas perspectivas sobre o impacto das tecnologias digitais no ativismo na ALC.

4. RESISTÊNCIA E MOBILIZAÇÃO: MOVIMENTOS SOCIAIS E MOBILIZAÇÃO DIGITAL CIDADÃ NA ALC

As lutas sociais na ALC, profundamente enraizadas na diversidade cultural e na memória histórica, refletem uma resistência persistente ao longo do tempo. Estas mobilizações não se limitam a confrontar o Estado, mas também desafiam multinacionais e promovem uma visão abrangente de transformação social (Peñuela, 2016). A região, marcada por uma história de violência desde a colonização e pela imposição de identidades, continua a enfrentar múltiplas formas de domínio e violência atualmente (Mendiola-Vásquez, 2022). Nas últimas décadas, a devastação provocada pelo neoliberalismo, a crise económica e a má gestão dos recursos públicos têm impulsionado uma onda de protestos e mobilizações intensas. Estes movimentos reavaliam a democracia representativa, questionam os partidos políticos tradicionais e reivindicam direitos fundamentais, incluindo os das mulheres, dos povos indígenas e das questões socioambientais, unindo diversos grupos e movimentos em toda a região (Lago et al., 2021).

Nos últimos anos, emergiram novas formas de participação política lideradas por grupos e movimentos de cidadãos de diversas faixas etárias, impulsionados pela ampla utilização de dispositivos digitais e plataformas de redes sociais. Embora as tecnologias não sejam a origem direta dessas transformações, desempenham um papel estratégico ao amplificar o alcance e o impacto das mobilizações. A apropriação dessas ferramentas tem moldado percepções, interações e relações sociais, com particular intensidade na ALC, onde as redes sociais digitais são amplamente utilizadas para intervenções políticas e a articulação de reivindicações populares. Essas dinâmicas apontam para uma nova configuração de poder no contexto contemporâneo, em que a expansão das práticas políticas por meio da criação de redes e o uso intensivo de tecnologias digitais

revelam a influência e a interligação desses recursos na configuração da ação política atual (Bossio, 2020; Lago et al., 2021).

As tecnologias digitais assumiram um papel central nos movimentos sociais, sendo adotadas, adaptadas e instrumentalizadas para alcançar os seus objetivos. Promoveram a cooperação entre grupos diversos, integrando tecnologias emergentes com média tradicionais, como a rádio e a televisão. Tornaram-se ferramentas essenciais para a comunicação, a disseminação de conteúdos e para a construção de estratégias e identidades dos movimentos. As mobilizações de rua da última década têm-se apoiado intensamente em plataformas digitais, como Facebook, Instagram, X e YouTube, utilizando mensagens virais para ampliar a participação cidadã. A ampla disseminação de *smartphones* expandiu o uso dessas tecnologias para além das esferas pessoais e laborais, inserindo-as na esfera pública e atraindo tanto indivíduos quanto grupos comprometidos com as suas causas (Lago et al., 2021).

O ciberativismo do Ejército Zapatista de Liberación Nacional em 1994 marcou um ponto de viragem nos movimentos sociais em rede na ALC. Ao utilizar a Internet como plataforma estratégica, o Ejército Zapatista de Liberación Nacional conseguiu disseminar a sua mensagem e a sua luta contra a globalização, estabelecendo conexões com pessoas de diferentes partes do mundo. Por meio de páginas online e comunicações digitais, o movimento tornou as suas reivindicações amplamente visíveis, inspirando outros movimentos sociais na região a adotarem abordagens semelhantes (Avellaneda & Velázquez, 2021; García-González & Bailey, 2021; Puyosa, 2015).

Os movimentos estudantis mais emblemáticos da ALC incluem o coletivo mexicano #YoSoy132, que emergiu em maio de 2012, e a mobilização estudantil chilena de 2011. Ambos usaram as tecnologias digitais como ferramentas fundamentais, incluindo a Internet e as redes sociais, para criar um espaço de luta política digital. Esses movimentos articularam-se em quatro áreas principais: ciberativismo, manifestações presenciais, assembleias e expressões artísticas. Embora as redes sociais fossem cruciais para coordenar e divulgar ações, a tomada de decisões era centralizada nas assembleias, promovendo igualdade política e horizontalidade. O #YoSoy132, apesar de não ter atingido plenamente os seus objetivos, estruturou-se como uma organização horizontal inovadora. Por outro lado, o Movimento Estudantil Chileno, ancorado em estruturas estudantis pré-existentes, alcançou uma mobilização mais ampla e profundamente ligada à política nacional. Apesar das diferenças nas suas estratégias e alcance, ambos tiveram um impacto significativo na participação política e na organização social. Contribuíram para uma reflexão sobre novas formas de ação política, destacando o papel crescente dos cidadãos na redefinição do futuro político num cenário de crise de legitimidade (García, 2017).

Estes movimentos estudantis desencadearam inúmeras rebeliões na região, evidenciando a capacidade dos jovens para se organizarem e mobilizarem tanto no espaço digital quanto em ambientes públicos (Lago et al., 2021). Além disso, desempenharam um papel essencial no surgimento de um novo paradigma de ativismo e participação cidadã. Este paradigma tem sido amplamente sustentado pelo uso das tecnologias de informação e comunicação, com destaque para as redes sociais na Internet e os serviços de mensagens privadas (Sola-Morales & Sabariego, 2020).

4.1 ARGENTINA: PROTESTOS E MOVIMENTOS ESTUDANTIS #NiUnaMenos, #FueraMonsanto e #SinZoo

Na Argentina, as tecnologias digitais desempenharam um papel central na promoção de movimentos estudantis, como os ocorridos em 2010, 2013 e 2016, facilitando a articulação online e contrariando a censura imposta pelos média tradicionais. As manifestações #NiUnaMenos, iniciadas em 2015 por organizações feministas e de direitos humanos, têm sido replicadas anualmente, evidenciando a persistência dos movimentos sociais. Exemplos notáveis incluem o movimento #FueraMonsanto, surgido em 2012 durante os Dias Mundiais de Luta contra a Monsanto, e a organização de direitos dos animais #SinZoo, fundada em 2014. Ambos utilizam a Internet como ferramenta para disseminar informações, coordenar ações e mobilizar apoio social, reforçando a participação cidadã e ampliando o impacto das ações coletivas. Estes casos demonstram como a Internet se afirma como um espaço interativo que transcende os canais de comunicação tradicionais e potencia a formação de redes de mobilização (Lago et al., 2021).

4.2 BRASIL: MOVIMENTO DOS SEM TERRA E PASSE LIVRE NA TRANSFORMAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

No Brasil, dois movimentos exemplificam a capacidade da mobilização social de provocar mudanças expressivas: o Movimento dos Sem Terra e os protestos de 2013 em Porto Alegre. O Movimento dos Sem Terra, com décadas de luta, tem-se dedicado a tornar visíveis as profundas desigualdades sociais, a violência e a criminalização dos trabalhadores rurais sem terra. Além de denunciar as injustiças, o movimento também propôs formas alternativas de organização social e resistência, destacando a importância da terra e da reforma agrária para a luta pela justiça social (Castillo-González & Flores, 2021; Chaguaceda & Brancaloneo, 2010). Já os protestos de Porto Alegre, iniciados pelo Movimento Passe Livre contra o aumento das tarifas dos transportes públicos, evoluíram para um movimento nacional que mobilizou mais de um milhão de pessoas. Essas manifestações criticaram as políticas de transportes e abordaram questões como a corrupção governamental, a gestão da despesa pública e a qualidade dos serviços urbanos. Ambos os movimentos usaram eficazmente as tecnologias digitais para coordenar ações, disseminar informações e mobilizar os cidadãos, provando como as plataformas digitais podem potencializar a participação política e a ação coletiva no Brasil (Lago et al., 2021).

4.3 CHILE: MOBILIZAÇÕES ESTUDANTIS DESDE A REVOLUCIÓN DE LOS PINGÜINOS EM 2006 ATÉ À CONVULSÃO SOCIAL DE OUTUBRO DE 2019

A mobilização estudantil no Chile, iniciada em 2011 com exigências pelo fim da mercantilização da educação, dos sistemas de crédito abusivos e dos processos seletivos excludentes, estava profundamente enraizada na longa tradição de protestos sociais do país, remontando a eventos marcantes como a Revolução dos Pinguins em 2006. Caracterizou-se por uma abordagem estetizada de protesto, incorporando música, dança,

teatro e produção audiovisual nas ruas, aliada a uma intensa utilização da Internet e das redes sociais digitais. Os estudantes recorreram ao YouTube para divulgar as suas reivindicações e convocar protestos, demonstrando um crescente uso das tecnologias digitais à medida que aumentava a competência tecnológica da juventude. Em 2006, o Fotolog foi amplamente utilizado para divulgar as manifestações, enquanto, em 2011, a proliferação de plataformas de redes sociais ampliou as possibilidades de planeamento e execução de estratégias de divulgação. Essas mobilizações contaram com amplo apoio popular, resultando em mudanças políticas e institucionais significativas no país. Muitos dos porta-vozes e líderes do movimento de 2011 chegaram mesmo ao Congresso e, mais tarde, ao Governo, incluindo o presidente, Gabriel Boric Font, e a Ministra Secretária-Geral do Governo, Camila Vallejo Dowling.

Além disso, essas mobilizações fomentaram um debate público que resultou em mudanças importantes na legislação educativa, incluindo a aprovação da lei de educação gratuita, que permaneceu praticamente inalterada desde a ditadura de Pinochet. Organizadas principalmente pela Confederação de Estudantes do Chile e por assembleias estudantis, as mobilizações adotaram uma estrutura arborescente, com liderança e porta-vozes rotativos, evidenciando uma notável diversificação organizacional. Essa forma de organização ultrapassou o período das manifestações, consolidando-se como um movimento e uma estrutura estáveis (Chiliquinga-Amaya, 2020; García, 2017; Lago et al., 2021; Sola-Morales & Sabariego, 2020).

A Convulsão Social no Chile, ocorrida em outubro de 2019, foi um evento marcante na história do país desde o fim da ditadura. Iniciada em Santiago, rapidamente se espalhou por diversas regiões, expondo as profundas divisões sociais no âmbito nacional. Embora tenha sido desencadeada pelo aumento das tarifas do metro na capital, a revolta foi muito além de uma contestação sobre os custos do transporte: refletiu um mal-estar profundo, enraizado em décadas de desigualdades económicas e políticas, além de uma crescente percepção da distância entre a classe política e os cidadãos (Garretón, 2021; SpyerDulci & Alvarado, 2023). Esse contexto gerou o surgimento de novos atores sociais, que, junto a movimentos históricos, clamaram por mudanças estruturais. Foi observada uma transformação expressiva, com jovens oriundos de setores populares assumindo a liderança tanto nas manifestações nas ruas quanto nas redes sociais. A difusão de informações sobre os protestos focou-se sobretudo nas plataformas digitais, ofuscando os média tradicionais. O uso das redes sociais foi essencial para este fenómeno. Sob o lema #ChileDespertó, milhões de pessoas expressaram a sua insatisfação com décadas de políticas que afetaram principalmente a classe média e a classe trabalhadora. A emblemática #LaMarchaMásGrandeChile reuniu mais de 1.200.000 pessoas na Plaza de la Dignidad, validando o movimento tanto no país quanto internacionalmente (Cuadra, 2020; Jiménez-Yañez, 2020). Nesse contexto, as tecnologias digitais desempenharam um papel fundamental na facilitação, ativação e disseminação dessas manifestações, promovendo uma coordenação contínua a nível nacional e consolidando um movimento social sem precedentes na era digital (SpyerDulci & Alvarado, 2023). Paradoxalmente, a solução surgiu da mesma classe política rejeitada, por meio do Acordo Para a Paz

Social, que abriu caminho para um processo constituinte. Este acordo representou uma rutura profunda com o passado ao oferecendo aos cidadãos a oportunidade de elaborar uma nova constituição. Tal desenvolvimento foi uma resposta às exigências sociais e políticas que emergiram durante a convulsão (Garretón, 2021; Jiménez-Yañez, 2020).

4.4 COLÔMBIA: MOVIMENTOS SOCIAIS COMO AGENTES DE MUDANÇA E PRODUTORES DE CONHECIMENTO

Os movimentos sociais na Colômbia enfrentam inúmeros desafios, incluindo a presença de guerrilhas paramilitares e grandes projetos de mineração. Esses movimentos são agentes de mudança social e promotores de conhecimento, destacando a sua capacidade de oferecer perspectivas únicas sobre a realidade colombiana. Com uma base social diversificada, que abrange diferentes setores étnicos, de classe, de género e geracionais, reconhecem a importância da interculturalidade e das lutas contra o colonialismo que remontam ao século XVII. A mobilização social impulsionada pela Internet criou vários grupos e organizações, tanto em áreas rurais como urbanas, caracterizados por agendas de informação flexíveis, influenciadas pelos jovens e pelos movimentos sociais ao longo do tempo. Além disso, a comunicação digital criou oportunidades para o diálogo interdisciplinar entre académicos, ativistas e defensores dos direitos humanos. Isso sublinha a importância de reconhecer os movimentos sociais como promotores de conhecimento e agentes de mudança social (Peñuela, 2016).

4.5 EQUADOR: MOVIMENTO INDÍGENA EQUATORIANO E OS PROTESTOS CONTRA O AJUSTAMENTO ECONÓMICO EM 2019

Em outubro de 2019, o Equador foi palco de protestos gerais contra as medidas de ajustamento económico anunciadas pelo governo. O Movimiento Indígena Equatoriano destacou-se como principal força de resistência, utilizando as redes sociais para coordenar ações e divulgar informações. Após dias de mobilização e pressão, o governo aceitou negociar com o movimento, culminando na revogação do polémico decreto 883, que tinha eliminado os subsídios aos combustíveis no âmbito de um programa de ajustamento económico mais vasto ligado a um acordo com o Fundo Monetário Internacional. Enraizado na luta histórica pela igualdade e contra o neoliberalismo, o movimento adotou táticas como marchas, bloqueios de estradas e ocupações simbólicas, demonstrando grande capacidade de organização e liderança social. Apesar da repressão estatal e do bloqueio imposto pelos média tradicionais, o Movimiento Indígena Equatoriano manteve uma presença digital forte, recorrendo a *hashtags* estratégicas e transmissões ao vivo para desafiar a narrativa oficial. A mobilização, que paralisou o país por onze dias, constituiu um triunfo histórico e um exemplo de como o repertório digital pode ser um recurso poderoso na luta social e política, desafiando a hegemonia dos média tradicionais e amplificando as reivindicações populares (Chiliquinga-Amaya, 2020).

4.6 MÉXICO: O MOVIMENTO #YoSoy132 E A REFORMA DOS MÉDIA NO MÉXICO

O movimento #YoSoy132, criado por estudantes da Universidad Iberoamericana, surgiu como uma resposta à falta de democratização dos média no México. Rapidamente se expandiu para outras instituições de ensino, exigindo uma cobertura mediática justa e equitativa. O movimento gerou um debate público geral sobre as falhas do sistema de comunicação mexicano, conquistando amplo apoio popular e resultando em reformas no setor. Embora mantivesse uma estrutura política tradicional com assembleias como órgãos centrais, funcionava de forma rizomática e bifuncional, integrando tanto os ambientes digitais quanto os presenciais. Defendia uma política de expressão individual voltada para a conquista de uma verdadeira democracia, distanciando-se das divisões políticas convencionais e rejeitando a influência dos média (García, 2017; Sola-Morales & Sabariego, 2020).

4.7 PERU: RESISTÊNCIA E MOBILIZAÇÃO E O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NA MUDANÇA POLÍTICA

Em novembro de 2020, o Peru foi palco de uma mobilização massiva, liderada principalmente por jovens, que conseguiu derrubar o governo imposto pelo Congresso após a destituição do presidente. As redes sociais desempenharam um papel crucial nesse processo: *hashtags* como #MerinoNoEsMiPresidente ganharam grande repercussão, o Twitter (agora X) foi palco de debates acesos e influenciadores deram apoio aos protestos. Além disso, grupos de fãs de K-pop usaram as suas plataformas para contra-atacar *hashtags* adversas, utilizando câmaras de fãs. Nesse cenário, surgiram também notícias falsas, orquestradas tanto pelo Governo quanto pelos seus apoiantes, para desacreditar os protestos, associando-os a terrorismo. A mobilização soube adaptar-se e usar as tecnologias disponíveis, criando um forte sentimento de identidade e solidariedade entre os participantes. Aprenderam com as mobilizações no Chile durante a convulsão social de 2019, ocupando diversos espaços da cidade para dispersar a repressão e adquirindo conhecimentos, como a desativação de bombas de gás lacrimogéneo, através de contactos com pessoas do Sul Global e vídeos em plataformas digitais. Este protesto revelou a influência dos média e da cultura global, abalando o poder estabelecido no Peru (Bossio, 2020).

4.8. CIBERFEMINISMO NA ALC: RESISTÊNCIA DIGITAL CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÉNERO. O MOVIMENTO #NIUNAMENOS NA REGIÃO

O *ciberfeminismo* surgiu nas últimas três décadas como um conceito que associa o feminismo às tecnologias digitais, para promover a igualdade de género e a participação das mulheres na esfera pública (Soria, s.d.). Divide-se em duas correntes que coexistem atualmente: a primeira, dos anos 1990, exaltava as ligações entre mulheres e tecnologia, utilizando a Internet como meio de expressão e ativismo para desafiar os estereótipos de género; a segunda, iniciada nos anos 2000, assumiu uma abordagem mais política e social, envolvendo-se em lutas mais abrangentes contra as desigualdades

de género e exclusões sociais, defendendo um *ciberfeminismo* crítico e politicamente ativo (González-Véliz & de Andrés del Campo, 2023b).

O *ciberfeminismo* recorre à Internet para estabelecer ligações e alianças, privilegiando um posicionamento crítico e a formação das mulheres. Estas alianças visam criar espaços de colaboração e solidariedade, promovendo a capacitação e a participação ativa das mulheres em diferentes áreas (Zafra, 2018). O *ciberfeminismo* tem quatro vertentes que abordam múltiplas dimensões das desigualdades de género no campo tecnológico. Utiliza as redes sociais para disseminar informação e mobilizar a sociedade, desafiando estruturas hierárquicas de poder na Internet. O *hackfeminismo* questiona o patriarcado através da criação e uso de tecnologias, promovendo o software livre e incentivando a participação ativa no desenvolvimento tecnológico. O *tecnofeminismo* foca-se na inclusão das mulheres no setor tecnológico e na contestação de normas que perpetuam a exclusão de género neste domínio. Por último, o feminismo dos dados usa a ciência de dados para confrontar desigualdades sociais, políticas e económicas a partir de uma perspetiva interseccional, desafiando narrativas dominantes e promovendo a justiça e igualdade de género. Estas manifestações ilustram a diversidade de abordagens e estratégias adotadas pelo *ciberfeminismo* na transformação das relações de género no ambiente tecnológico (González-Véliz & de Andrés del Campo, 2023b).

Na América Latina, o *ciberfeminismo* emerge como uma prática dinâmica e em constante evolução, na qual as mulheres exploram as interseções entre género, tecnologia e sociedade a partir de experiências contextualizadas. Problemas sociais e dinâmicas de poder são identificados e analisados criticamente, levando à promoção de mudanças profundas por meio de diversas ações que visam construir uma sociedade mais equitativa para todos (Blinder, 2017). Um exemplo emblemático é o movimento Ni Una Menos, que desempenha um papel central na denúncia da violência contra as mulheres na região, utilizando as TIC como ferramentas de organização e resistência. A ALC enfrenta uma situação de violência, principalmente dirigida às mulheres, marcada por elevadas taxas de feminicídio. Este fenómeno, entendido como uma forma de genocídio contra as mulheres, tem raízes em condições históricas que perpetuam ataques violentos contra a sua vida e integridade. Embora inicialmente restrito ao âmbito académico, o conceito de feminicídio foi amplamente disseminado graças às tecnologias digitais (Mendiola-Vásquez, 2022).

O movimento Ni Una Menos surgiu como uma resposta vigorosa à alarmante realidade do feminicídio e da violência de género profundamente enraizada na região. Valendo-se das tecnologias digitais, como redes sociais e plataformas de ciberativismo, o movimento amplificou a sua voz, tornando visíveis as atrocidades contra as mulheres de forma inédita. Em países como Argentina, Bolívia, Peru, El Salvador e México, ativistas têm mobilizado *hashtags* como #NiUnaMenos e #NiUnaMenosBolivia para partilhar informações, convocar protestos e sensibilizar sobre a urgência de enfrentar as causas estruturais da violência sexista. As redes sociais têm servido ainda como ferramentas de denúncia pública de casos de feminicídio, de pressão sobre governos e autoridades e de promoção da solidariedade entre grupos feministas e organizações da sociedade civil.

Apesar destes esforços significativos, a violência contra as mulheres continua a ser uma realidade devastadora. Esta persistência sublinha a necessidade de uma transformação cultural e jurídica profunda, que assegure os direitos e a segurança de todas as mulheres e meninas na América Latina (Mendiola-Vásquez, 2022).

O *ciberfeminismo* procura transformar narrativas e práticas tecnológicas por meio de estratégias diversificadas, como o uso de redes sociais e a formação de comunidades online. Contudo, enfrenta desafios consideráveis, incluindo as clivagens digitais que limitam a plena participação das mulheres na era digital. Ultrapassar estas lacunas e alcançar a soberania tecnológica é fundamental para fomentar a inclusão e a igualdade na região. Apesar dos obstáculos, o *ciberfeminismo* na ALC mantém-se dinâmico, adotando novas estratégias e expandindo o seu alcance para enfrentar as complexidades das desigualdades de género no contexto digital (González-Véliz e de Andrés del Campo, 2023b).

5. A INFLUÊNCIA DA INTERNET NOS MOVIMENTOS SOCIAIS MIGRATÓRIOS

O novo milénio trouxe um aumento dos movimentos migratórios, impulsionado pela melhoria da conectividade e comunicação globais. A tecnologia atenuou barreiras geográficas, permitindo uma aproximação imediata entre diferentes lugares, e inaugurou uma era migratória marcada por fluxos mais rápidos e dinâmicos (Peñaranda-Cólera, 2011). A migração internacional tornou-se um fenómeno crescente, com repercussões económicas, sociais e políticas de grande escala em todo o mundo. Segundo estimativas da United Nations Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2020, p. 5), em 2020, cerca de 281.000.000 de pessoas viviam fora dos seus países de origem, representando 3,6% da população mundial. A América do Norte acolheu a maioria dos migrantes provenientes da América Latina e Caraíbas, sendo a Europa o segundo destino preferencial, com a Espanha a destacar-se como principal país de acolhimento. Entre 2000 e 2020, a América Latina e Caraíbas registaram o crescimento relativo mais acentuado na migração intrarregional a nível global. Contudo, o fluxo migratório para os Estados Unidos, especialmente a partir do México e da América Central, mantém-se como a principal dinâmica migratória da região (Cecchini & Martínez Pizarro, 2023).

Os migrantes enfrentam diversos desafios ao tentarem estabelecer-se num novo país, como o acesso limitado a empregos dignos, proteção social, cuidados de saúde, educação e habitação. Estas dificuldades são agravadas pela complexidade do processo de regularização do estatuto migratório e pela ausência de instituições eficazes para facilitar a integração no mercado de trabalho, contribuindo para a precariedade laboral na região. A migração internacional é caracterizada por fluxos mistos, incluindo pessoas em situações irregulares e vulneráveis. Em trânsito para os Estados Unidos, destacam-se fenómenos como a mobilidade em caravanas e a migração de crianças não acompanhadas a partir da América Central e do México. Na América do Sul, rotas irregulares, como a que atravessa o posto fronteiriço de Colchane, têm causado perda de vidas humanas. Apesar destes desafios, a migração ordenada e regular pode gerar benefícios económicos importantes, como o aumento da oferta de mão de obra e o envio de remessas.

Contudo, embora se tenham registado avanços na gestão migratória com respeito pelos direitos humanos, persistem atrasos e políticas restritivas. É essencial garantir a segurança, a dignidade e os direitos dos migrantes, promovendo a sua integração plena. Muitos migrantes continuam a não ser reconhecidos como membros de pleno direito das comunidades de acolhimento, destacando a necessidade de fortalecer a inclusão e valorizar os seus contributos para as sociedades recetoras (Cecchini & Martínez Pizarro, 2023; Morales & Rodriguez, 2008).

O acesso à Internet ampliou as possibilidades de participação online, consolidando-se como uma ferramenta essencial para quem não possui conhecimentos informáticos especializados. Esse processo deu aos migrantes a possibilidade de se manterem conectados a múltiplos contextos geograficamente distantes. Além disso, promoveu a formação de redes transnacionais ao interligar pessoas em várias partes do mundo, incluindo diásporas globais, oferecendo acesso amplo e diversificado por meio de qualquer dispositivo com ligação à Internet. Para além de possibilitarem o acesso a informações sobre o destino antes da migração e proporcionarem alguma segurança durante o processo, as TIC oferecem acesso a meios de comunicação e produtos culturais na língua materna. Facilitam a conexão com familiares, amigos e redes sociais em ambos os locais, influenciando a construção da identidade do migrante e minimizando a nostalgia decorrente da separação. Essas tecnologias transformam também as práticas culturais, tornando os laços afetivos mais dinâmicos e atenuando o sentimento de rutura causado pela distância (Melella, 2014, 2016; Peñaranda-Cólera, 2011).

Por outro lado, a expansão da Internet facilitou a coordenação de movimentos sociais, como o desencadeado pela Câmara dos Representantes 4437 (2005) nos Estados Unidos, em dezembro de 2005. Esta legislação, conhecida como Border Protection, Antiterrorism, and Illegal Immigration Control Act (Lei de Proteção das Fronteiras, Antiterrorismo e Controle da Imigração Ilegal), gerou uma mobilização sem precedentes na comunidade latino-americana. As organizações pró-imigrantes resistiram à ofensiva anti-imigração com marchas e boicotes em 250 cidades, demonstrando uma unidade notável. A mobilização estudantil complementou a liderança tradicional, dando origem a uma sociedade civil binacional, liderada pelas comunidades mexicanas. Durante as marchas da primavera, os estudantes hispânicos exigiram a aprovação do DREAM Act de 2011. Simultaneamente, trabalhadores sem documentos desafiaram o racismo e o conservadorismo. A ampla participação, especialmente dos jovens, destacou o potencial dos migrantes sem documentos como força social. Apoiado por sindicatos, igrejas e órgãos de comunicação de língua espanhola, o movimento migrante liderou a mobilização, atraindo outras organizações e criando uma rede de movimentos. A convergência dessas forças foi crucial para o sucesso do movimento, que culminou na única greve nacional de trabalhadores na história dos Estados Unidos (Santamaría, 2007).

Em 2023, estimava-se que o número de migrantes indocumentados nos Estados Unidos fosse de aproximadamente 11.700.000 (Warren, 2024). Em 2012, foi implementada a Deferred Action for Childhood Arrivals (Ação Diferida para os Chegados na Infância; <https://www.uscis.gov/DACA>). Esta ação beneficiou cerca de 700.000 jovens,

permitindo-lhes obter segurança social, identificação estatal, acesso legal à educação e ao emprego, além de poderem residir sem receio de deportação por, pelo menos, dois anos. No entanto, a política só abrangeu um sétimo dos jovens indocumentados, o que gerou polémica e críticas na comunidade. Mobilizando-se através de ferramentas digitais para reforçar a sua ação coletiva e aumentar a sua presença política, os jovens agruparam-se em movimentos como o Undocuyouth. Estes movimentos visam não apenas o reconhecimento da cidadania, mas também o reconhecimento da sua importância na sociedade e o direito a uma vida digna.

Há ainda pessoas com *Advance Parole*, uma autorização de reentrada antecipada, utilizada para estágios académicos, que partilham as suas experiências em projetos digitais como o *Undocutravellers*. Apesar dos riscos e das críticas, continuam a motivar outros na Internet. As organizações pró-migrantes tornam visível a utilização extensiva de ferramentas digitais, desde o Google às redes sociais e aplicações de mensagens, para comunicação, coordenação e angariação de fundos. Em última instância, o desafio para muitos ativistas migrantes sem documentos é aprender a usar as ferramentas digitais de forma estratégica para tirar partido do seu potencial, sem se exporem excessivamente (Sánchez de la Vega, 2021).

6. DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA APROPRIAÇÃO DIGITAL NOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ALC

A apropriação social das tecnologias da informação permite que as pessoas usem as plataformas da Internet para fins ativistas, desafiando posturas autoritárias e impositivas. Esta apropriação dá sentido e utilidade às tecnologias, adaptando-as às necessidades e objetivos de cada pessoa. Com a proliferação dos *smartphones* e das redes sociais, estas plataformas tornaram-se centrais para a organização e divulgação de atividades e manifestações em espaços públicos. As pessoas não só as utilizam como ferramentas de divulgação, mas também as adaptam e criam mecanismos digitais apropriados aos seus objetivos, incluindo a preservação da sua segurança e privacidade. Esses vínculos com as tecnologias são fundamentais para os seus repertórios de ação, estratégias organizacionais e identidade, ampliando assim a sua ação coletiva (Avellaneda & Velázquez, 2021; Lago et al., 2021; Valadés, 2011).

Com isso, os movimentos sociais latino-americanos das últimas décadas demonstram uma forte mobilização de tecnologias influenciada pelo panorama cultural e quotidiano das pessoas. Essa apropriação manifesta-se quando atribuem um sentimento de pertença às ferramentas tecnológicas, valorizando-as e utilizando-as para satisfazer necessidades e interesses individuais e coletivos (Lago et al., 2021). No entanto, é importante considerar as lacunas digitais ao analisar as oportunidades genuínas de uso digital na região (Bañuelos, 2010). As desigualdades no acesso e utilização das tecnologias digitais não são neutras e podem intensificar as exclusões sociais, especialmente durante as crises. Para evitar novos processos de exclusão e reforçar a ação coletiva, é fundamental compreender e abordar essas lacunas. A persistência e o aumento das desigualdades representam um sério desafio para a ação e a colaboração coletivas (García-González & Bailey, 2021).

É igualmente essencial reconhecer que a apropriação digital engloba tanto os movimentos sociais como os grupos extremistas, que encontram na Internet um meio para perpetuar a discriminação e a violência contra grupos vulneráveis. Estes podem ganhar destaque nos algoritmos de recomendação, atraindo indivíduos sem inclinação política prévia para espaços extremistas. É crucial evitar visões utópicas ou distópicas da tecnologia e compreender o seu papel no contexto adequado. A Internet nem sempre gera transformações positivas, uma vez que alguns espaços digitais reforçam o discurso de ódio e mantêm o *statu quo*. Reconhecer esta complexidade implica evitar uma abordagem determinista sobre o impacto da tecnologia na sociedade (Avellaneda & Velázquez, 2021).

Por outro lado, é importante não sobrestimar o poder transformador das TIC, uma vez que estas não geram revoluções nem mudam regimes políticos. Podem, sim, amplificar e disseminar informações que mobilizam os cidadãos. É essencial evitar idealizá-las; devem ser vistas como instrumentos que potenciam uma nova participação política a partir das dinâmicas sociais existentes. Com elas, os movimentos sociais adquiriram um carácter global, redefinindo os termos, meios e fins das lutas sociais, especialmente no Sul Global (García, 2017; Sola-Morales & Sabariego, 2020).

O paradigma dos movimentos sociais digitais exige uma reavaliação dos modelos políticos e de comunicação, para promover uma inclusão participativa dos cidadãos na tomada de decisões e na produção de conhecimento. Apesar das clivagens digitais e das tradições autoritárias, a ALC apresenta uma tendência para práticas mais alinhadas com a democracia deliberativa, com ações voltadas para a construção de ambientes sociais mais justos e igualitários. No entanto, a influência predominante da lógica da economia de mercado na comunicação e na informação na região, associada à escassa responsabilidade social dos grandes órgãos de comunicação e a uma legislação que favorece os monopólios mediáticos, dificulta a promoção da diversidade e o acesso equitativo à informação (Avellaneda & Velázquez, 2021; Bañuelos, 2010).

Portanto, é fundamental considerar que a influência da Internet nos movimentos sociais pode gerar tensões e conflitos, motivados pelas dinâmicas de poder e pelos interesses económicos envolvidos. A convicção numa transformação igualitária por meio da Internet pode ser complexa, uma vez que fatores como a censura e a manipulação podem dificultar esse processo (García-González & Bailey, 2021; Peñuela, 2016), especialmente na era das notícias falsas, em que surgem movimentos autoritários que dificultam o diálogo aberto (Sola-Morales & Sabariego, 2020). Assim, é crucial reconhecer os interesses subjacentes nas plataformas da Internet, particularmente nas redes sociais, para compreender a sua função enquanto ferramentas e perceber como podem promover interesses específicos que não o bem-estar geral (Valadés, 2011).

Neste sentido, é fundamental refletir sobre as competências digitais, os tipos e as formas de usos do digital, adotando uma consciência crítica sobre as práticas online e o seu impacto na esfera digital. É ainda necessário enfrentar os desafios inerentes à clivagem digital, à influência de grupos extremistas, ao perigo de sobrestimar o poder transformador das TIC, à predominância da lógica de mercado na comunicação digital e às

possíveis tensões e conflitos online, resultantes das dinâmicas de poder e interesses económicos. Só reconhecendo e enfrentando estes desafios é possível tirar pleno partido do potencial do espaço digital como ferramenta de mobilização social e participação cidadã.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da apropriação digital pelos movimentos sociais na ALC revela uma interação complexa entre a tecnologia digital e a ação coletiva. Ao longo deste trabalho, foram abordados os desafios e as oportunidades que os movimentos sociais enfrentam na sua relação com a tecnologia digital, bem como as estratégias e práticas que estes desenvolveram para maximizar o potencial das ferramentas digitais na promoção de mudanças sociais e políticas na região.

Em primeiro lugar, analisou-se como a expansão das TIC transformou o cenário político e social na ALC, oferecendo novas oportunidades de organização, mobilização e participação cidadã. A proliferação de plataformas digitais permitiu que os movimentos sociais amplificassem as suas vozes, construíssem redes de solidariedade e tornassem visíveis questões que, anteriormente, eram marginalizadas pelos média tradicionais. Estes movimentos têm utilizado várias estratégias digitais para desafiar o *statu quo* e promover a justiça social na região.

Porém, esta análise também destacou os desafios e obstáculos dos movimentos sociais na sua relação com a tecnologia digital. As clivagens digitais, a censura online, discurso de ódio online, a manipulação da informação e a vigilância estatal representam sérios entraves à ação coletiva e à defesa dos direitos humanos na região. Apesar desses desafios, a análise da mobilização digital também revela um potencial transformador significativo. A capacidade dos movimentos sociais de se adaptarem e utilizarem as ferramentas digitais de forma criativa e estratégica permitiu a construção de movimentos mais inclusivos, diversificados e resilientes na região. Desde a promoção da igualdade de género até à defesa dos direitos indígenas e ambientais, os movimentos sociais na ALC usam as tecnologias digitais para expandir o alcance e a eficácia das suas lutas.

A apropriação digital também reflete as realidades socioeconómicas, políticas e culturais da região. A diversidade de abordagens e estratégias que caracteriza essa apropriação revela a complexidade e a profundidade das lutas sociais. Desde as comunidades rurais até aos centros urbanos, e dos movimentos estudantis aos sindicatos, a apropriação digital é variada e multifacetada, refletindo a pluralidade de experiências e perspetivas.

Em última instância, a análise da apropriação digital na ALC destaca a necessidade de abordar as desigualdades estruturais subjacentes à ação coletiva na região. As clivagens digitais, a concentração de poder nas mãos de alguns atores e a influência de interesses económicos e políticos constituem obstáculos significativos à construção de sociedades mais justas e equitativas. Contudo, ao reconhecer e enfrentar esses desafios, é possível fortalecer a ação coletiva e promover a justiça social.

Tradução: Anabela Delgado

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa integra a Situada.Online, uma organização dedicada a explorar a tecnologia a partir de uma perspectiva latino-americana e feminista, entendendo-a como um espaço de poder e possibilidade de transformação. <https://situada.online/>.

REFERÊNCIAS

- Avellaneda, J., & Velázquez, L. (2021). La apropiación digital para la movilización social: el hacktivismo, ciberactivismo y la tecnopolítica como prácticas de la resistencia digital. *Anuario De Investigación De La Comunicación CONEICC*, (XXVIII), 42–51. <https://doi.org/10.38056/2021aiccXXVIII469>
- Bañuelos, J. (2010). *Comunicación para el desarrollo y movimientos sociales latinoamericanos en la sociedad red*. Congreso Euro-Iberoamericano de Alfabetización Mediática y Culturas Digitales, Sevilla, Espanha.
- Blinder, I. (2017): [ciberfeministaslatam] Identidad y agencia colectiva del movimiento ciberfeminista en América Latina, [Dissertação de mestrado, Universidad de Salamanca].
- Bossio, J. (2020). Nunca tan a tiempo: Acción colectiva y medios sociales en Latinoamérica, *Conexión*, (14), 9–21. <https://doi.org/10.18800/conexion.202002.000>
- Castillo-González, M. & Flores, D. (2021). Alzar la voz ante la injusticia: El estudio de los movimientos sociales y sus prácticas de comunicación desde el reconocimiento. In F. Sierra, S. Leetoy & T. Gravante (Eds), *Democracia inconclusa: Movimientos sociales, esfera pública y redes digitales*. Universidad Nacional Autónoma de México.
- Chaguaceda, A. & Brancaleone, C. (2010). El movimiento de los trabajadores rurales sin tierra (MTS) hoy: Desafíos de la izquierda social brasileña. *Argumentos*, 23(62).
- Chiliquinga-Amaya, J. (2020). Repertorio digital: ¿Una acción colectiva innovadora para los movimientos sociales? El movimiento indígena ecuatoriano en la acción colectiva digital y contenciosa. *Kairós. Revista De Ciencias Económicas, Jurídicas Y Administrativas*, 3(4), 43–51. <https://doi.org/10.37135/kai.003.04.05>
- Cecchini, S. & Martínez Pizarro, J. (2023). Migración internacional en América Latina y el Caribe: Una mirada desde el desarrollo de derechos. *Revista de la CEPAL*, (141), 234–250.
- Cuadra, Á. (2020). Protesta social en Chile, 2019–2020: Fracaso de un modelo económico. *Textos y Contextos*, 1(20), 37–50. <https://doi.org/10.29166/tyc.v1i20.2094>
- García, S. (2017). Movimientos tecnopolíticos en Latinoamérica, comparación del #YOSOY132 y el movimiento estudiantil chileno. *Revista Internacional De Pensamiento Político*, 12, 17–34. <https://doi.org/10.46661/revintpensampolit.3222>
- García-González, L., & Bailey, O. (2021). 20 años de estudio sobre los medios de movimientos sociales, internet y redes sociodigitales en América Latina. *Espiral Estudios Sobre Estado Y Sociedad*, 28(81).
- Garretón, M. A. (2021). Inteoducción. Reflexiones sobre movimientos sociales, estallido y proceso constituyente. In M. A. Garretón (Ed.), *Políticas y movimientos sociales en Chile*. LOM Ediciones y Fundación Friedrich Ebert.
- González-Véliz, C., & de Andrés del Campo, S. (2023a). Comunes digitales, ciberfeminismo y ciencia abierta: Estrategias para la igualdad de género en el entorno digital. *Hipertext.net*. (27), 67–79. <https://doi.org/10.31009/hipertext.net.2023.i27.07>
- González-Véliz, C., & de Andrés del Campo, S. (2023b). Corrientes del ciberfeminismo y transición digital feminista en América Latina y el Caribe: Hacia un futuro digital más equitativo. *Revista Punto Género*, (20), 31–61. <https://doi.org/10.5354/2735-7473-2023-73459>

- H.R. Res. 4437, 109th Cong. (2005). <https://www.congress.gov/bill/109th-congress/house-bill/4437/text>
- Jiménez-Yañez, C. (2020). #Chiledespertó. Causas del estallido social en Chile. *Revista Mexicana de Sociología*, 82(4), 949–957. <https://doi.org/10.22201/iis.01882503p.2020.4.59213>
- Lago, S., Gendler, M., & Méndez, A. (2021). Movimientos sociales, apropiación de tecnologías digitales y transformaciones en los procesos de acción colectiva. In F. Sierra, S. Leetoy & T. Gravante (Eds.), *Democracia inconclusa: Movimientos sociales, esfera pública y redes digitales*. Universidad Nacional Autónoma de México.
- Melella, C. (2014). Migraciones transnacionales y uso de las tecnologías de la información y comunicación (TIC). La Presencia en Facebook de los Periódicos de las Colectividades de Países Andinos en la Argentina. *Nómadas. Critical Journal of Social and Juridical Sciences*, 42(2), 115–138. https://doi.org/10.5209/rev_NOMA.2014.v42.n2.48780
- Melella, C. (2016). El uso de las tecnologías de la información y comunicación (TIC) por los migrantes sudamericanos en la argentina y la conformación de redes sociales transnacionales. *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 46, 77–90.
- Mendiola-Vásquez, M. (2022). Mapeo del movimiento social “Ni una Menos” en Latinoamérica: Ciberactivismo político e incidencia en el abordaje de los feminicidios. *Temas De Nuestra América Revista De Estudios Latinoamericanos*, 38(72). <https://doi.org/10.15359/tdna.38-72.13>
- Morales, J. J. & Rodriguez, M. C. (2008). *La tercera brecha digital: Estratificación social, inmigración y nuevas tecnologías*. VI Congresso Português de Sociologia. Mundos Sociais: Saberes e Práticas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Peñaranda-Cólera, M. C. (2011). Migrando en tiempos de globalización: Usos de tecnologías de la información y la comunicación en contextos migratorios transnacionales. En F. J. García Castaño y N. Kressova. (Eds.), *Actas del I Congreso Internacional sobre Migraciones en Andalucía*. (pp. 2023–2032). Instituto de Migraciones.
- Peñuela, Ch. (2016). La apropiación de medios de comunicación: Estrategias en red de jóvenes y movimientos sociales. *Episteme. Revista De Estudios Socioterritoriales*, 6(1), 69–82. <https://doi.org/10.15332/27113833.2903>
- Puyosa, I. (2015). Los movimientos sociales en red. Del arranque emocional a la propagación de ideas de cambio político. *Chasqui, Revista Latinoamericana de Comunicación*, 128, 197–214.
- Sánchez de la Vega, F. (2021). Las nuevas TICs herramientas tecnopolíticas para el activismo digital: El caso del movimiento Undocuyouth. In F. Sierra, S. Leetoy & T. Gravante (Eds.), *Democracia inconclusa: Movimientos sociales, esfera pública y redes digitales*. Universidad Nacional Autónoma de México.
- Santamaría, A. (2007). *Movimientos sociales y elecciones los inmigrantes como principales actores*. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara, México.
- Sola-Morales, S., & Sabariego, J. (2020). Tecnopolítica, recientes movimientos sociales globales e Internet. Una década de protestas ciudadanas. *Teknokultura. Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales*, 17(2), 195–203. <https://doi.org/10.5209/tekn.66241>
- Soria, I. (s.d). *(Re) pensando la relación mujeres y tecnología: Los caminos del hackfeminismo*. Irene Soria. <https://www.irenesoria.com/re-pensando-la-relacion-mujeres-y-tecnologia-los-caminos-del-hackfeminismo-1/>
- SpyerDulci, T. M., & Alvarado, V. (2023). Memoria octubrista en un estudio del Museo del Estallido Social en Chile. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, 35, 82–112.

United Nations Department of Economic and Social Affairs, Population Division. (2020). *International Migration 2020 Highlights (ST/ESA/SER.A/452)*.

Valadés, B. (2011). Conceptualizar papel de las redes sociales en Internet en movimientos sociales y acciones colectivas. Propuesta aplicada a lo digital. *Razón y Palabra*, 77(2).

Warren, R. (2024, 5 de setembro). *US Undocumented Population Increased to 11.7 Million in July 2023: Provisional CMS Estimates Derived from CPS Data*. Center for Migration Studies. <https://cmsny.org/us-undocumented-population-increased-in-july-2023-warren-090624/>

Zafra, R. (2018): “Redes y (ciber)feminismos. La revolución de la representación que derivó en alianza”. *Dígitos*, 4. 11–22. <https://doi.org/10.7203/rd.voi4.116>

NOTA BIOGRÁFICA

Constanza González-Véliz é engenheira florestal com um mestrado em Estudos Feministas e mestranda em Gestão Tecnológica. Enquanto diretora da Situada, lidera investigações sobre tecnologia a partir de uma perspetiva latino-americana e feminista, com um enfoque central na justiça tecnológica, autonomia digital e sustentabilidade ambiental. Coordena projetos de grande relevância, como *Bias in Technology*, que analisa como os preconceitos incorporados ao design tecnológico perpetuam desigualdades de género, e *VERITAS ALAC*, que avalia os riscos de tecnologias emergentes, como *deepfakes*. Além disso, liderou o projeto *Comunes Digitales*, que analisou o impacto dos bens comuns digitais feministas na luta pela igualdade de género. É investigadora colaboradora no IMRESCOM (Universidade de Málaga) e contribui para o Observatório dos Movimentos Feministas, monitorizando conteúdos. Também prestou aconselhamento ativo na Convenção Constitucional do Chile, participando na criação de normas sobre direitos digitais. O seu trabalho integra investigação académica, desenvolvimento de políticas inclusivas e promoção da tecnologia ética para enfrentar os desafios tecnológicos no contexto latino-americano.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-4409-9741>

Email: constanza@situada.online

Submetido: 22/04/2024 | Aceite: 08/11/2024



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.